

## **DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Licenciatura em Fiscalidade

Licenciatura em Fiscalidade (Pós-Laboral)

---

Código: 11101

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Fundamentais

Docente: Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

---

### **Objetivos**

Aprender e compreender a história do regime constitucional português, a organização político-constitucional vigente, a importância e regime dos direitos fundamentais e os mecanismos de fiscalização de constitucionalidade.

### **Resultados da Aprendizagem**

- perceber a história do regime constitucional português;
- conhecer a organização político-constitucional vigente;
- reconhecer a importância dos direitos fundamentais e dominar o seu regime;
- perceber e dominar os mecanismos de fiscalização de constitucionalidade.

### **Conteúdos Programáticos**

1. Teoria da Constituição
  - 1.1. A Constituição como fenómeno jurídico
    - 1.1.1. Sentido da Constituição
    - 1.1.2. Formação da Constituição
    - 1.1.3. Modificações e subsistência da Constituição
  - 1.2. As Constituições Portuguesas
  - 1.3. Normas constitucionais
    - 1.3.1. Estrutura das normas constitucionais

- 1.3.2. Interpretação, integração e aplicação
- 2. Atividade constitucional do Estado e Princípios Constitucionais
  - 2.1. Funções, órgãos e actos em geral
  - 2.2. Actos legislativos
- 3. Direitos e Deveres Fundamentais
  - 3.1. Direitos Fundamentais
    - 3.1.1. A problemática dos Direitos Fundamentais
    - 3.1.2. Regime dos Direitos Fundamentais
      - 3.1.2.1. Regime comum dos Direitos Fundamentais
      - 3.1.2.2. Regime específico dos Direitos, Liberdades e Garantias
      - 3.1.2.3. Regime específico dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
  - 3.2. Deveres fundamentais
- 4. Inconstitucionalidade e garantia da Constituição
  - 4.1. Inconstitucionalidade e garantia em geral
  - 4.2. Regime atual de fiscalização no Direito Português
    - 4.2.1. Aspectos gerais
    - 4.2.2. A fiscalização concreta
    - 4.2.3. A fiscalização abstracta da inconstitucionalidade por acção
    - 4.2.4. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

### **Bibliografia Recomendada**

ANDRADE, João Carlos de Vieira de, Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 6ª Edição, Editora Almedina, Coimbra, Reimpressão, 2023;

ANDRADE, Manuel da Costa, A "dignidade penal" e a carência de tutela penal como referência de uma doutrina teleológica-racional do crime, RPCC, ano 2, fascículo 2, 1992;

-Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal, 1ª Edição, Editora Almedina, Coimbra, 1992 (reimpressão, Coimbra Editora, 2013);

BANDEIRA, Gonçalo S. de Melo, Responsabilidade Financeira e Criminal § Direitos Constitucionais Sociais, Dinheiros Públicos e Recuperação de Activos, Prefácio de Jónatas Machado, Editora Juruá, Lisboa, 2015;

- «O Direito Penal entre “Creutzfeldt-Jakob e Günther Jakobs”! Ou o Direito Penal (Económico) como Tutela de Bens Jurídicos e a Responsabilidade dos Entes Colectivos no Seio do Direito Penal (da Sociedade) do Risco e do “Direito” Penal do Inimigo», «Estudos Jurídicos Criminais», in AA.VV., Coordenador Luciano Nascimento Silva, Curitiba, Brasil, Juruá Editora, 2008, pp. 67-121;

-in «Poderá ser a Criminalização do Assédio Moral e/ou mobbing, rectius no trabalho, respeitadora dos princípios constitucionais da necessidade, adequação, proporcionalidade e intervenção mínima penais? - A Lesão dos Direitos Fundamentais Constitucionais dos trabalhadores: o caso português», in Revista «Estudios Penales y Criminológicos», FERNANDO VÁZQUEZ-PORTOMEÑE SEIJAS, Instituto de Criminologia, Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela, pp. 391-430, 2011;

CANOTILHO, J.J. Gomes, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª edição de 2003, Editora Almedina, Coimbra, 2015;

- Estudos Sobre Direitos Fundamentais, Coimbra Editora, Coimbra, 2ª Edição, 2008;

- «Brançosos» e Inconstitucionalidade. Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional, Editora Almedina, Coimbra, Reimpressão da Edição da 2ª Edição, 2012;

DIAS, Jorge de Figueiredo, Direito Processual Penal, Coimbra Editora, Coimbra, 1.ª ed. 1974 e reimp. («Clássicos Jurídicos»), em 2004;

- Direito Penal § Parte Geral § Tomo I § Questões Fundamentais § A Doutrina Geral do Crime, 3ª Edição actualizada e ampliada, Gestlegal, Coimbra, 2019;

MACHADO, Jónatas E. M., Liberdade de Expressão-Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social, Studia Iuridica 65, Coimbra Editora, Coimbra, 2002;

PORTELA, Irene Maria, in «O Combate ao Branqueamento e Capitais e o Financiamento do Terrorismo à Luz do “USA PATRIOT Act 2001”», in AA.VV., Lisboa, 2010, pp. 255-290;

QUEIROZ, Cristina, Direito Constitucional – As Instituições do Estado Democrático e Constitucional, Coimbra Editora, Coimbra, 2009;

## **Métodos de Ensino e de Aprendizagem**

### 1. Teoria da Constituição

#### 1.1. A Constituição como fenómeno jurídico

##### 1.1.1. Sentido da Constituição

##### 1.1.2. Formação da Constituição

- 1.1.3. Modificações e subsistência da Constituição
- 1.2. As Constituições Portuguesas
- 1.3. Normas constitucionais
  - 1.3.1. Estrutura das normas constitucionais
  - 1.3.2. Interpretação, integração e aplicação
- 2. Atividade constitucional do Estado e Princípios Constitucionais
  - 2.1. Funções, órgãos e atos em geral
  - 2.2. Atos legislativos
- 3. Direitos e Deveres Fundamentais
  - 3.1. Direitos Fundamentais
    - 3.1.1. A problemática dos Direitos Fundamentais
    - 3.1.2. Regime dos Direitos Fundamentais
      - 3.1.2.1. Regime comum dos Direitos Fundamentais
      - 3.1.2.2. Regime específico dos Direitos, Liberdades e Garantias
      - 3.1.2.3. Regime específico dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
  - 3.2. Deveres fundamentais
- 4. Inconstitucionalidade e garantia da Constituição
  - 4.1. Inconstitucionalidade e garantia em geral
  - 4.2. Regime atual de fiscalização no Direito Português
    - 4.2.1. Aspectos gerais
    - 4.2.2. A fiscalização concreta
    - 4.2.3. A fiscalização abstrata da inconstitucionalidade por ação
    - 4.2.4. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

Aprender e compreender a história do regime constitucional português, a organização político-constitucional vigente, a importância e regime dos direitos fundamentais e os mecanismos de fiscalização de constitucionalidade.

A metodologia proposta vai de encontro aos objetivos de ensino/aprendizagem definidos para a unidade curricular na medida em que reflete as necessidades específicas da transmissão de conhecimentos relativos aos Direitos Fundamentais.

## **Métodos de Avaliação**

Avaliação contínua e periódica:

A avaliação contínua e periódica é composta pelos seguintes elementos de avaliação:

Teste (70% da classificação final ou 14 valores);

Trabalho individual escrito (25% ou 5 valores);

Assiduidade (5% ou 1 valor).

O teste terá uma componente teórica e outra prática, com um peso na classificação final de 35% para cada componente. A nota mínima no teste é de 5 valores, sob pena de exclusão da avaliação contínua.

A nota máxima na componente assiduidade pressupõe a presença do estudante em pelo menos 2/3 das aulas. Abaixo deste limiar, a nota da componente é proporcional ao número de aulas assistidas.

Os estudantes que obtenham uma nota igual ou superior a 8 e inferior a 10 valores no conjunto dos três elementos de avaliação contínua serão admitidos a uma prova oral. Neste caso, a classificação final de avaliação contínua será a nota da prova oral. A prova oral versará sobre toda a matéria lecionada.

A data do teste será divulgada pela Direção de Curso.

Épocas de exames:

Nas épocas de exames (época de exames do primeiro semestre, época especial e época excecional), a avaliação é feita através de exame escrito, de 0 a 20 valores.

Os estudantes que obtenham nota igual ou superior a 8 valores e inferior a 10 no exame escrito serão admitidos a uma prova oral. Neste caso, a classificação final será a nota da prova oral. A prova oral versará sobre toda a matéria lecionada.